

ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Refere-se à audiência pública solicitada pelo Movida; pede a reabertura das negociações com os professores em greve.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** (pela ordem) - Confirma realização de audiência pública para tratar da telefonia móvel.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Reporta-se ao planalto norte; defende a classe médica.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Aborda a insegurança do povo da região do vale do Itajaí; manifesta-se acerca do dia 1º de Maio.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Faz um balanço das audiências públicas; reporta-se à Segurança Pública.

## **Partidos Políticos**

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Faz uma reflexão sobre violência e drogas.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Registra o Movimento em Defesa da Vida, Saúde e Segurança da Classe Trabalhadora.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Aborda temas relacionados à saúde.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Comunica que se ausentará do plenário.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Comenta decisão do TSE a seu favor.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

**DEPUTADO DADO CHEREM** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel; ressalta eventos realizados pela bancada do PMDB.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Destaca aspectos relativos ao contorno rodoviário da Grande Florianópolis.

## **Ordem do Dia**

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha a votação do PL n. 0496/2012.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Encaminha a votação do PL n. 0496/2012, de sua autoria.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Bandeirantes, Celso Biegelmeier.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Esta Presidência registra a presença do grupo de mães Rainhas do Lar, de Imbituba, com a secretária Valéria Rodrigues.

Sejam todas bem-vindas.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Ana Paula Lima, cumprimento as mães, o grupo de mulheres idosas que está aqui acompanhando a sessão, acompanhado da Assistência Social de Imbituba. Sejam todas bem-vindas a esta Casa Legislativa.

Quero manifestar-me com relação à audiência pública que aconteceu pela manhã, que foi solicitada pelo Movimento Catarinense em Defesa da Saúde, Segurança e Qualidade de Vida - Movida - no dia 28 de abril. Portanto, sábado, comemora-se o Dia Internacional de Saúde e Segurança no Trabalho.

Esse movimento faz uma profunda reflexão - e a nossa comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher foi a proponente da realização dessa audiência - com relação ao papel do trabalho no mundo de hoje. É verdade que o trabalho, ao mesmo tempo em que contribui para que mais riquezas e bens sejam produzidos, somente se transforma em conquista e

benefícios na medida em que é bem distribuído, ou melhor, bem dividido. Portanto, o trabalho é fundamental para o acesso aos bens necessários, por outro lado, a máxima de que de que somente o trabalho enobrece e dignifica o homem, entendemos que nem sempre é verdadeira, prova disso são todas as denúncias que esse movimento vem fazendo especialmente na audiência do dia de hoje pela manhã.

Dados da Organização Internacional do Trabalho, OIT, para termos uma ideia, indicam que ocorrem cerca de 270 milhões de acidentes de trabalho e cerca de dois milhões de mortes por ano em todo o mundo. Estatísticas sobre o assunto apontam que 4% do PIB de toda a riqueza produzida são perdidos em decorrência de doenças e agravos ocupacionais, sendo que nos países em desenvolvimento, como o Brasil, esse percentual pode chegar a 10%. Se estimarmos que no Brasil esse número está em torno de 5% do PIB, sendo bastante modesto nesse percentual, isso representa um custo econômico acima de R\$ 200 bilhões por ano.

Tudo isso poderia ser evitado desde que tivéssemos uma legislação preventiva e uma legislação punitiva mais dura, que identificasse condições inadequadas e coibisse essas práticas.

Temos o exemplo do grande número de doenças chamadas Lesões por Esforço Repetitivo - LER - e Dort, que causam, na verdade, um desgaste mental com repercussões de sofrimento psíquico e, entre outras, as complicações já identificadas.

Somente entre 2006 a 2008, segundo o ministério da Previdência Social, houve um registro de 1.919.418 acidentes de trabalho. Apenas 27%, portanto menos de 1/3, acabam recebendo o registro através da comunicação de acidente de trabalho. O que demonstra que no Brasil o risco de morrer por acidente de trabalho é cerca de duas a cinco vezes superior a países como a Finlândia, a França, o Canadá e a Espanha.

Portanto, essas situações são bastante graves e quero destacar as dez atividades econômicas com

maior número de acidentes e doenças do trabalho em Santa Catarina:

- . Abate de suínos, aves e outros pequenos animais. Eu venho de uma região que tem uma larga tradição na produção agropecuária e por isso tive a oportunidade de conhecer mulheres que com menos de 30 anos estavam totalmente incapacitadas devido ao trabalho nas agroindústrias.

- . Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico. É o caso do vale do Itajaí.

- . Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas.

- . Fundição de ferro e aço.

- . Construção civil.

- . Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios.

- . Transporte rodoviário de carga.

- . Atividades de serviços prestados.

- . Atividades de atendimento hospitalar.

Saliente-se, srs. deputados, que a indústria têxtil de Brusque tem o grande problema da prevalência de 28,3% de perda auditiva produzida pelos ruídos nas fábricas.

Na audiência pública realizada na manhã de hoje, além de se realizar toda essa reflexão com o ministério do Trabalho e as centrais sindicais que agregam o Movida, ficou claro que se exige também o fim do assédio moral e da discriminação no trabalho; a defesa do SUS 100% público; a implementação do Plano Nacional de Trabalho Decente no estado de Santa Catarina; a criação de mecanismos de fiscalização em segurança e saúde no trabalho em setores econômicos com riscos à vida e à integridade física do trabalhador, e a implantação de centros de reabilitação para trabalhadores com problemas de LER e Dort.

Então, queremos registrar o nosso apoio a essa luta das centrais sindicais, porque, como eu disse na audiência pública, não podemos qualificar e colocar os trabalhadores no mercado de trabalho tendo um olhar apenas produtivo, precisamos cuidar desses trabalhadores, porque só há sentido no trabalho se for para humanizar as relações.

Assim, na medida em que garantimos a produtividade, o lucro, que são importantes para nos dar acesso à riqueza, precisamos atentar para não produzir uma multidão de trabalhadores inválidos.

Então, essa equação precisa ser muito bem equilibrada, sob pena de produzirmos trabalhadores sem condições de ter vida plena. E hoje o Brasil caminha para uma expectativa de vida maior: 67 anos. Mas viver de que jeito? Só há sentido em viver se for com saúde, com dignidade.

Era esse o registro que gostaríamos de fazer e logo mais, às 16h, a coordenação do Movida estará neste plenário para fazer a sua manifestação. Assim, desde já agradeço às lideranças partidárias que assinaram o requerimento que permitirá a fala do Movida desta tribuna.

Por último, quero novamente fazer o pedido que o governo do estado, através da secretaria da Educação, reabra o canal de negociação com o Magistério público estadual, porque não é possível um governo que não negociou enquanto não havia greve dizer que só volta a negociar se os professores voltarem a trabalhar. Essa atitude do secretário não é adequada. Na nossa avaliação, lembra a época da ditadura militar, quando os sindicatos tinham que obedecer fielmente ao que o governo queria. Naquela época sindicato não tinha liberdade de organização e de expressão. Mas aquela época se foi; agora os trabalhadores conquistaram o direito à organização sindical e à representação da sua categoria. Portanto, os sindicatos precisam ser respeitados na sua representação.

Volto a dizer, a greve só aconteceu porque na última audiência com o Sinte o secretário da Educação disse: "Se vocês não aceitam a proposta apresentada, vão para a greve!" Essa posição é muito grave e empurrou a categoria para a greve. Por isso, queremos pedir a reabertura das negociações.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero apenas registrar que esta semana a comissão de Trabalho, a pedido da deputada Ana Paula Lima, confirmou a realização de uma audiência pública sobre a telefonia móvel em Blumenau. Para termos ideia de como o problema é caótico em Santa Catarina, hoje, em toda Grande Florianópolis, nem a Tim nem a Vivo estão a serviço dos clientes como deveriam, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - É verdade, deputada Angela Albino, só não é caótico no momento de pagar a conta, porque ela vem direitinho.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, comunidade catarinense, gostaria de me manifestar com relação ao planalto norte, pois como representante da cidade de Canoinhas e região, estivemos, juntamente com o deputado Silvio Dreveck, acompanhando ontem algumas ações que mostram a capacidade de investimento do governo estadual em relação à nossa região.

Em Itaiópolis, uma cidade de muita fé, do prefeito Hélio Wendt, do diretor Gaio, estivemos na Escola Estadual Básica Antônio Blascoski inaugurando um ginásio de esportes. Vimos a dedicação da diretora, dos professores e o comportamento exemplar dos alunos na abertura dos Jogos da Primavera, mostrando a capacidade de organização daquela comunidade. Parabéns aos alunos e aos professores daquela escola.

Tivemos a oportunidade, também, de fazer a entrega de uma ambulância no valor de R\$ 100 mil para a prefeitura de Itaiópolis. Essa ambulância

se destina aos Bombeiros Voluntários daquela cidade. Portanto, mais uma ação do governo para o município de Itaiópolis.

Também estivemos em Canoinhas entregando uma subvenção de R\$ 10 mil para os Bombeiros Voluntários comprarem os uniformes deste ano e contamos com a presença do comandante José Luiz Masnik e do comandante Lacovickis, de Canoinhas.

Também estivemos em Papanduva, onde tivemos uma reunião importante na prefeitura, com a liberação de verbas para o centro de idosos do município, recursos para a construção de posto de saúde, dinheiro para o Caps, além de outras ações empreendidas pelos deputados Serafim Venzon e Silvio Dreveck.

Estivemos em Monte Castelo, onde o prefeito Aldomir Rosskamp nos recebeu. Também tivemos a liberação de verbas para uma ambulância, para a cooperativa dos fruticultores de maçã, pois a fruta na região tem uma qualidade específica.

No dia de ontem tivemos a comemoração dos 46 anos de existência do PMDB, 46 anos de luta, 46 anos de trabalho, com muita transformação, pois o partido tem uma maneira diferente de pensar.

Hoje o PMDB tem o vice-presidente Michel Temmer; tem no estado mais de 100 prefeituras, mais de 800 vereadores, um partido forte, um partido coeso, que mostra a sua pujança nas urnas.

A bancada realizou uma bela homenagem pelos 46 anos do partido, aqui na Assembleia Legislativa, juntamente com o prefeito Dário Berger, com o Gean Loureiro, com figuras históricas do partido.

Ontem foi uma data importante no país. Temos uma reivindicação para que os médicos não sejam reféns dos planos de saúde, porque muitos planos de saúde impõem o seu pagamento, impõem aos médicos a maneira de pedir exame, cerceando a sua liberdade de atuar como profissional.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Parabenizo v.exa. por contextualizar esse assunto, porque é uma profissão que tem inclusive se prostituído

muito em decorrência dos preços abusivos dessas operadoras, a exemplo da própria SC Saúde, que estava fornecendo valores abaixo da própria tabela paga pela Unimed.

Então, essa luta é plausível, é corretíssima, e parabênizo v.exa. mais uma vez pelo pronunciamento, porque a postura nacional é em decorrência de estar à frente no combate com todo e qualquer tipo de plano de saúde ou consórcio que contextualize essa verdadeira aberração e desrespeito à categoria médica.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Jailson Lima.

Temos certeza de que o SC Saúde, na nossa região, paga mais do que a Unimed. A Unimed paga R\$ 50,00 e o SC Saúde, R\$ 63,00. Então, há distorções, sim, e temos que corrigi-las. Acho que a classe médica deve ser respeitada em todo país, e os valores pagos devem ser de acordo com o trabalho e a competência de cada profissional.

Portanto, externamos o nosso apoio à classe médica de Santa Catarina e do Brasil por melhores dias e pela profissionalização da nossa importante categoria. Os médicos não têm ainda sua profissão regulamentada. Vou repetir: os médicos não têm a profissão regulamentada. Então, acho que o Congresso Nacional tem que tomar uma atitude em relação aos médicos para fazer com que a regulamentação da profissão do médico aconteça ainda este ano.

Estamos há mais de 30 anos pedindo a regulamentação da profissão da classe médica e isso ainda não aconteceu. Não discutimos a importância do médico na parte de saúde, mas queremos ressaltar também a importância do médico com relação à política, como elemento importante para reivindicações para a saúde do povo brasileiro em geral.

Acho essencial que a classe médica se mobilize para esse importante ato que é a regulamentação da profissão médica. É isso que precisamos que aconteça no Congresso Nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, venho a esta tribuna para falar novamente sobre um assunto que tem causado muita insegurança ao povo de Santa Catarina e falo especificamente do vale do Itajaí.

Vejam, srs. parlamentares, que 328 policiais foram incorporados ao efetivo da Polícia Militar, mas para Blumenau não foi nenhum. Então, Blumenau não receberá nenhum novo policial militar. Deputado Ismael dos Santos, mais uma vez, como temos feito todos os dias, estamos cobrando isso do governo do estado. E fizemos uma audiência pública em Blumenau, o secretário César Grubba esteve lá, mas novamente Blumenau não recebe nenhum policial militar.

Blumenau está-se tornando uma cidade violenta. Antigamente tínhamos orgulho de dizer que lá não havia sequer uma criança na rua, que não havia tanta violência como há hoje. Meu pai dizia que quando se perde o medo e a vergonha, a situação complica. E ontem, às 14h, uma farmácia em um bairro foi assaltada. Isso é o que ficamos sabendo, fora aquilo que não chega ao nosso conhecimento, porque as pessoas não estão mais nem fazendo Boletim de Ocorrência, pelo descrédito que têm na questão da segurança.

O governador do estado de Santa Catarina precisa rever a sua política de concurso na formação dos policiais militares e civis. São formados, deputado Sargento Amauri Soares, 700 a 800 policiais por ano e isso não basta para o estado de Santa Catarina. A população cresceu e com isso também cresceram as demandas. São necessárias mais academias, pois o déficit de policiais é um absurdo em nosso estado. Blumenau está no limite. E como dizia um colunista, só falta em Blumenau fazerem arrastões, porque o resto já aconteceu.

O *Jornal de Santa Catarina*, um jornal de circulação local, publicou que para Lages, deputado Ismael dos Santos, foram 65 policiais, para Florianópolis, 49, para Chapecó, 46, nove PMS do vale do Itajaí e zero para Blumenau!

Lamentavelmente, o governo do estado não está priorizando uma demanda da nossa população: a segurança.

Srs. deputados, gostaria de dedicar esse tempo para fazer uma reflexão sobre a importância do Dia do Trabalho, que é comemorado no mundo inteiro no dia 1º de maio, próxima terça-feira.

(Passa a ler.)

"Era o dia 1º de maio de 1886, 500 mil trabalhadores saíram às ruas de Chicago, nos Estados Unidos, em manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada de trabalho para oito horas. A Polícia reprimiu a manifestação, dispersou a concentração, feriu e matou dezenas de operários. Quatro dias depois da reivindicação de Chicago os operários voltaram às ruas e foram novamente reprimidos, oito líderes foram presos, quatro trabalhadores foram executados e três condenados à prisão perpétua.

Esse conflito de Chicago teve repercussão e solidariedade internacional, que culminaram na anulação do falso julgamento. Um novo júri foi constituído e reconheceu a inocência dos trabalhadores, condenou o estado americano e mandou soltar os presos.

Em 1887, o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretou, então, o dia 1º de maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores, um dia de luto e um dia de luta. Assim, 126 anos depois das trágicas manifestações dos operários de Chicago, o 1º de Maio mantém todo o seu significado. O mundo mudou, os países mudaram, as relações de trabalho também se modificaram numa economia globalizada, de empresas transnacionais e direitos humanos por vezes ignorados e fragilizados.

Nos últimos anos, srs. deputados e sras. deputadas, o Brasil cresceu, desenvolveu-se e é uma das economias mais sólidas e atraentes do

nosso planeta. Temos um país socialmente mais equilibrado e mais justo graças aos programas desenvolvidos pelo governo federal. Os programas de distribuição de renda e redução da miséria e da pobreza do país foram possíveis através de uma grande aliança realizada entre o capital e o trabalho, parceria essa conseguida através de um líder operário e de um grande empresário.

Quando Luiz Inácio Lula da Silva se tornou presidente do Brasil, tendo como vice-presidente o saudoso empresário José de Alencar, essa aliança transformou segmentos, antes opostos, em parceiros e fez com que se alterassem as relações de poder, as relações econômicas e as relações de trabalho, o que possibilitou grandes mudanças nacionais.

Hoje o Brasil ostenta conquistas reais de salário, geração recorde de empregos e distribuição de renda que não podem passar esquecidas neste 1º de Maio. Tudo isso é reflexo da política inovadora de valorização do trabalhador brasileiro iniciada em 2003, com a eleição histórica de um metalúrgico para a Presidência do país.

O salário mínimo aumentou 57% acima da inflação. O sonho de todo brasileiro, srs. parlamentares, era ter um salário mínimo de US\$ 100. O salário mínimo passou de US\$ 77, no início do governo do ex-presidente Lula, para US\$ 291.

Também comemoramos a geração recorde de empregos que será superior a 2,5 milhões de postos criados somente em 2011. O saldo de empregos gerados até o mês de março deste ano, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, é de 583.886 novos postos.

Também devemos destacar as políticas de inserção no mercado de trabalho, capacitação de adolescentes e jovens para o primeiro emprego.

Há algumas metas a serem alcançadas, como finalizar a política de recuperação do salário mínimo até 2014, reduzir a jornada de trabalho sem perdas salariais e criar uma secretaria especial da micro e pequena empresa.

Os dados do IBGE mostram o declínio da taxa de desemprego devido ao aquecimento da atividade

econômica no final de 2011. Tudo isso mostra que a capacidade de humanização das relações de trabalho na inovação, renovação e superação de dificuldades tornam o Brasil e seus qualificados trabalhadores um país de economia sólida para viver.”

É por isso que, na tarde de hoje, 25 de abril, estou fazendo esse pequeno recorte falando da importância do próximo dia 1º de maio, que é um dia de luto e um dia de lutas, para elencar algumas conquistas que tivemos nesses quase dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores, no qual as pessoas foram valorizadas, no qual o salário mínimo passou de US\$ 77 para US\$ 290, no qual novos postos de trabalho foram criados, oportunizando à nossa gente, homens e mulheres, um emprego bom, que lhe permite sustentar sua família.

Era isso que tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, hoje, pela manhã, tivemos uma reunião na comissão de Segurança Pública, que foi presidida pelo nobre deputado Sargento Amauri Soares, já que o deputado Gilmar Knaesel, presidente da comissão, não estava presente. Além dos assuntos normais, dos projetos em tramitação na comissão, tratamos também dos encaminhamentos recebidos nos locais onde tivemos as audiências públicas.

Na audiência pública de São Miguel d'Oeste, recebemos reivindicações da região, do município e também do conselho de Campo Erê. Na reunião de Chapecó, recebemos um abaixo-assinado com 1.230 assinaturas encaminhado pela Câmara de Vereadores, pedindo a criação de mais um posto policial naquele município.

Sabemos que esses são os pleitos da comunidade. Em todas as reuniões os pedidos são os

mesmos: aumento de efetivo, maior policiamento ostensivo, mais viaturas, mais equipamentos e aumento de vagas no sistema prisional.

A comissão já previu um calendário com mais sete reuniões para este ano: Joaçaba ou Caçador, para o dia 17 de maio, com local ainda a ser definido; Lages, no dia 18 de maio. Itapema é uma região que precisaríamos até mais de uma reunião, porque a foz do vale do Itajaí é a região que temos o maior índice de criminalidade, a audiência será no dia 14 de junho. Infelizmente, o município de Camboriú registra um dos maiores números de homicídio do nosso estado e precisa de uma atenção especial.

Em Itajaí, aparentemente houve, nos últimos tempos, uma diminuição do índice de criminalidade, que também era bastante elevado. No município de Itapema melhorou um pouco a segurança com a implantação de uma unidade prisional, mas também há sérios problemas quanto ao tráfico de drogas e homicídios.

A delegacia de Itapema é muito acanhada, ruim mesmo para o exercício da função pelos profissionais da segurança, ruim para atender ao público, totalmente inadequada. E este é um pleito da comunidade, do Clube dos Dirigentes Lojistas, das associações empresariais: a construção de uma nova unidade.

Estão previstas para julho audiências públicas nos municípios de Criciúma e Tubarão. Para o mês de agosto, em Joinville, Rio do Sul, sendo a última em Blumenau.

Então, esse é o calendário que hoje foi apresentado na audiência da comissão de Segurança Pública.

A comissão que analisa o novo Código Penal prevê que o processo por furto dependerá de representação da vítima. Hoje, muitas vítimas já não se encorajam a procurar uma delegacia para registrar a ocorrência porque isso vai dificultar ainda mais a punição dos criminosos. Até porque muitos crimes são investigados ao longo do tempo e quando são identificados os réus já decorreu um grande espaço de tempo. E aí tem que se procurar a

vítima para que ela venha fazer a representação. Eu entendo que é uma grande dificuldade que se impõe.

Outra alteração é a redução da pena pelo crime de furto. Segundo os juristas que analisam o novo Código Penal, com essa redução da pena, com essa descaracterização, a pena que hoje é de um a quatro anos, passaria a ser de apenas seis meses a três anos. Com isso, em torno de 65 mil presos no país seriam liberados. Ora, se vamos liberar mais, se vamos fragilizar mais a lei, tornar mais flexível, vamos incentivar a criminalidade. Num país em que é preciso endurecer o combate à criminalidade, agir com mais firmeza, não podemos querer mudar o Código Penal para flexibilizá-lo tanto.

Então, não estamos pensando no cidadão de bem. A comissão de juristas que analisa a reforma do Código Penal está na contramão da nossa sociedade, porque enquanto ela quer mais rigor, mais firmeza no combate ao crime, os juristas querem reduzir as penas, flexibilizar o seu cumprimento, para que os criminosos possam mais facilmente ser liberados.

Então, é difícil. Não adianta colocar policial na rua, se o preso, quando chega à delegacia, é liberado. Da maneira como estão conduzindo os estudos para a mudança do Código Penal, vamos realmente incentivar o aumento da criminalidade.

Há alguns avanços: punição à venda de álcool ou produtos que causam dependência a menores, estabelecendo uma pena, até porque essa comissão de reforma pretende a revogação dos crimes com penas menores e principalmente a Lei de Contravenções Penais.

Vão estabelecer outros tipos penais sobre tráfico de pessoas, sobre remoção de órgãos, sobre furto qualificado, mas entendo eu, analisando as propostas, que não podemos, cada vez mais, diminuir a pena para os crimes, porque com isso estaremos, sim, incentivando o aumento da criminalidade. Não adianta ter o policial, não adianta ter a investigação se, na hora da prisão, o conduzido é levado à delegacia de Polícia e é liberado pelos benefícios penais.

A comissão que estuda o novo Código Penal tem que pensar no cidadão, naquele que está hoje oprimido pela criminalidade. É esse cidadão de bem que tem quer ser defendido.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício.

Passaremos agora ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, inicialmente ratificamos o convite para a sessão solene que se realizará na noite de hoje, em Blumenau, em homenagem à indústria têxtil do vale do Itajaí, englobando a Karsten, a Hering, a Artex, entre outras. Todas elas se instalaram há mais de um século em Blumenau e são referência para a indústria têxtil catarinense e brasileira.

Pois bem, a cerimônia se dará na Câmara de Vereadores de Blumenau, quando esta Casa homenageará não somente os pioneiros, mas também os empreendedores que ao longo dos últimos anos têm investido na área têxtil e especialmente os nossos trabalhadores.

Deputado Maurício Eskudlark, escutei atentamente seu pronunciamento e quero lembrar que há hoje, deputado Reno Caramori, mais de 500 mil encarcerados no Brasil. Trata-se de uma população fabulosa! Há mais encarcerados em nosso país do que médicos, que são cerca de 400 mil, infelizmente. Essas prisões estão na sua grande maioria abarrotadas, superlotadas, lembrando que o custo de um encarcerado é de quase R\$ 3.000,00, que 70% dessa população estão ociosos, sem produzir absolutamente nada, e que 40% são positivos para o exame de HIV.

Antes de conceder o restante do tempo do partido ao deputado Darci de Matos, gostaria ainda de fazer uma reflexão neste binômio: violência e drogas.

Quando realizamos uma audiência pública em Jaguaruna e região com o tema Santa Catarina sem drogas, ficamos sabendo da existência da Guanguê da Chupeta. O nome parece folclórico, mas é apropriado, porque em Braço do Norte, um garoto de 13 anos que ajuda a comandar o crime na região já teve 42 prisões!

O Ministério Público de Santa Catarina registrou no seu relatório que houve, em 2011, 33.575 denúncias, das quais 10% são por crime de tráfico. Ainda segundo o MPSC, houve 10 mil atos infracionais envolvendo adolescentes.

Então, esse é um enorme desafio e como presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas quero avançar nesse debate. Por isso, estou trabalhando na perspectiva de trazer algumas avaliações em razão da PEC que tramita e que tem o fito de diminuir a maioria penal de 18 para 16 anos

Sabemos que se trata de um tema polêmico, complexo, que tem levantado os mais diferentes posicionamentos nesta Casa, e quero, numa próxima ocasião, fazer uma análise do documento encaminhado ao meu gabinete e ao gabinete dos demais deputados pelo Ministério Público, externando sua posição a respeito dessa PEC.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos pelo tempo restante pertencente ao PSD.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, desejo, rapidamente, fazer menção, e certamente a deputada Luciane Carminatti irá pronunciar-se a respeito desse assunto, ao Movimento em Defesa da Vida, Saúde e Segurança da Classe Trabalhadora, que esteve nesta Assembleia e que está em audiência pública.

Quando vi aqueles trabalhadores com bandeiras, deputada, proferindo palavras de ordem defendendo a sua saúde e a sua segurança, lembrei-me do tempo em que fui delegado do ministério do Trabalho

estadual no governo de Fernando Henrique, de 1996 a 1999.

Assim, não poderia deixar de falar da importância deste movimento: Trabalhar para viver, não para morrer.

Na época em que dirigi a delegacia do ministério do Trabalho, tínhamos em Santa Catarina as atividades de risco três e quatro, portanto as atividades mais cruciais, mais perigosas: a construção civil, a extração de madeira e, por incrível que pareça, a atividade agrícola. Por que a atividade agrícola? Porque essa atividade é difícil de o auditor fiscalizar e, muitas vezes, operam máquinas agrícolas sem o treinamento adequado. Na agricultura as pessoas manipulam pulverizadores com inseticidas e herbicidas nem sempre com o treinamento adequado. E tínhamos muitas doenças e muitos acidentes de trabalho também na atividade agrícola, bem como na atividade metalmeccânica.

Enfim, existem algumas áreas que são de extremo risco, como a atividade de mineração, no sul do estado, e assim por diante. Mas o dado que nos deixa assustado é que quando cai um avião no Brasil e morrem 20, 30 ou 100 pessoas, a imprensa fala durante meses ou anos, mas em Santa Catarina morrem aproximadamente 100 pessoas em acidentes fatais no trabalho. E normalmente quem morre? As pessoas mais simples, que perdem as suas vidas na construção civil, na agricultura, nas indústrias e assim por diante. Mais do que isso, no Brasil, aproximadamente 2,5 mil - na época eram aproximadamente três mil - perdem suas vidas em acidentes fatais no trabalho.

Isso é um genocídio, é um absurdo, é uma catástrofe, e a imprensa nem sempre trata desses índices alarmantes. E morrem por falta de segurança, por falta de utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), dos equipamentos de proteção coletiva, que nem sempre são utilizados pelos trabalhadores por falta de orientação e de organização das empresas. E estamos falando nos acidentes fatais, mas se formos considerar os acidentes gerais, na época,

em Santa Catarina, eram em torno de 25 mil por ano, e no Brasil, 300 mil acidentes gerais.

Ora, esses acidentes ceifam a vida das pessoas, oneram a saúde pública e comprometem a economia do nosso país. Portanto, considero da maior importância esse movimento liderado por algumas centrais sindicais para chamar a atenção dos parlamentares, sobretudo das entidades que fiscalizam, que têm a incumbência de fazer a fiscalização da estrutura de proteção da saúde dos trabalhadores.

Na época, eu dizia e vou reforçar aqui, deputado Neodi Saretta, que o maior patrimônio de um trabalhador não é sua casa nem seu carro, muito menos sua bicicleta, o maior patrimônio de um trabalhador é sua vida, sua saúde, sua integridade física e mental.

Fiquei feliz, deputada Luciane Carminatti, de ver v.exa. se articulando com essas pessoas, com essas centrais e com essas lideranças, que estão aqui pedindo não só para trabalhar, mas também para viver. Estão pedindo segurança. Portanto, deixo aqui esse alerta para que possamos empreender todos os esforços no sentido de que os trabalhadores possam ter sua integridade física, psíquica e mental extremamente protegida no seu dia a dia.

Lembro que na época, deputada Luciane Carminatti, tínhamos as chamadas cooperativas de trabalho que muitas vezes precarizam a relação de trabalho dos trabalhadores. Hoje temos algumas cooperativas de trabalho, mas temos a chamada terceirização e a quarteirização. As empresas mesmo de serviço público participam de uma licitação, ganham e transferem a execução das obras para uma terceira ou quarta empresa. E muitas vezes, como essas empresas não têm o lucro esperado, acabam precarizando a relação de trabalho e aí é que acontecem os acidentes que tiram a vida dos nossos trabalhadores.

Quero, portanto, dizer que estou solidário, estou junto naquilo que puder contribuir como parlamentar, com a pouca experiência que tenho como ex-delegado do ministério do Trabalho do

estado, para que possamos de todas as formas e maneiras proteger a saúde dos nossos trabalhadores que, na verdade, é o seu grande, mais importante e maior capital.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, sras. deputadas, quero cumprimentar o público que está acompanhando esta sessão e gostaria, nesta tarde, de abordar um tema relacionado à área da saúde, na verdade, dois temas, pois quero fazer um comentário também sobre esse evento que aconteceu hoje sobre a saúde e segurança do trabalhador, mas antes disso gostaria de me referir à campanha de vacinação contra a gripe que o SUS lançou novamente este ano.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o secretário da Vigilância da Saúde, Jarbas Barbosa, apresentaram nesta terça-feira, dia 24, a Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe. Já é a sua 14ª edição e esta ação visa a imunizar 80% do público alvo de 30 milhões de pessoas entre idosos, gestantes, crianças de seis meses a dois anos de idade, profissionais de saúde e indígenas.

Há um dado interessante que é importante ser destacado. Em 2011, no ano passado, portanto, quando foram incluídas as gestantes, crianças e indígenas no público alvo, houve uma redução de 64,1% nas mortes por agravamento da gripe H1N1.

Esse é um dado importantíssimo, pois vacinação é exatamente prevenção! É por isso que se fala em prevenir! E nesse caso da gripe, uma das alternativas é a vacinação, que se mostrou eficiente, dada a redução de 64% nas mortes por agravamento da gripe H1N1. Já o número de casos graves notificados teve redução de 44%, reduzindo de 9.383 para 5.230.

A campanha imunizou, no ano passado, 25 milhões de pessoas, o que significou 84% do público alvo, que era de 29 milhões de pessoas. A campanha deste ano vai ocorrer entre os dias 5 e 25 de maio, com a rede pública de saúde, toda a estrutura, o governo federal entrando com as vacinas, o estado também ajudando na distribuição, na divulgação. E a rede básica de postos, basicamente a rede municipal, vai dar suporte, então, para essa grande ação envolvendo 65 mil postos de vacinação do SUS, o Sistema Único de Saúde.

No dia 5 acontecerá o dia D da mobilização nacional, com o funcionamento dos postos das 8h às 17h. Outro dado importante que queremos abordar em relação a essa campanha é que das doses distribuídas neste ano, 96%, quase a totalidade, foram produzidas no Brasil, e como disse o ministro Padilha: "Isso é fruto da transferência de tecnologia e a capacitação dos nossos laboratórios públicos, para que o Brasil seja cada vez mais soberano na produção das vacinas e tornar-se um polo de exportação". E além de praticamente cobrir 100% das necessidades de vacina da gripe, ainda há uma expectativa de possibilitar, inclusive, a exportação.

Quero destacar essa ação do ministério da Saúde, mas lembrar de que ela só terá sucesso efetivo se todos os municípios se engajarem perfeitamente.

A segunda questão que desejo tratar, sr. presidente, diz respeito também à saúde. O deputado Darci de Matos falava anteriormente, sobre esse evento importante que aconteceu nesta manhã, chamado Movida, Movimento Catarinense de Defesa da Saúde, Segurança e Qualidade de Vida da Classe Trabalhadora, que apresentou uma série de dados a respeito da saúde do trabalhador, das condições de saúde do trabalhador.

Na ocasião, na nossa manifestação, apresentamos os dados de uma pesquisa feita pelo Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, do município de Concórdia, destacando, inclusive, que a maioria dos pacientes portadores de doenças do

trabalho, o público maior daquele centro de referência são as mulheres, exatamente em função da dupla jornada de trabalho, em função do trabalho nas fábricas, nas lojas e depois em casa.

Espero que estejam preocupando-se em encontrar meios de atacar, prevenir essas doenças, no sentido de que o trabalhar possa ter todas as informações necessárias, possa ter a aplicação também daquilo que for necessário em termos de saúde do trabalhador, com intervalos, com exercícios, inclusive na questão do ritmo de trabalho, que é extremamente preocupante.

Portanto, esse evento que reuniu hoje, acredito, mais de 600 pessoas, teve uma participação importante desta Assembleia Legislativa, através da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. Também foram importantes na sustentação desse evento lideranças de diversas regiões do estado que aqui estiveram.

Em nome do presidente da Fetaesc, cumprimento todas as lideranças que trouxeram para esta Casa mais esse assunto importante.

Quem esteve lá recebeu uma carta com o título Trabalhar para Viver, não para Morrer. E aqui estão dados que podem, inclusive, auxiliar-nos nesse trabalho, no esclarecimento da saúde do trabalhador. É um tema que entendemos ser importante. Vamos voltar a ele em outras ocasiões, mas certamente o dia de hoje foi importante, porque trouxe para esta Casa e para Santa Catarina um alerta à saúde, à segurança e à qualidade de vida da classe trabalhadora.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, gostaria de deixar registrado que vou ausentar-se do plenário para empreender uma

pequena viagem até o município de Massaranduba, onde teremos a abertura da Festa do Arroz, hoje à noite, ocasião em que estarei representando este Poder.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves. Com certeza esta Casa estará bem representada.

inda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados, colegas deputadas, imprensa, é com satisfação muito grande e até com extrema leveza que assomo à tribuna.

Para quem não obteve acesso à informação, quero dar conhecimento sobre o julgamento na noite de ontem, no Tribunal Superior Eleitoral, de uma ação impetrada contra mim, contra o ex-governador hoje senador Luiz Henrique da Silveira e seus suplentes. Ação esta que na verdade estamos no 4º turno da eleição.

Tenho certeza absoluta de que os autores dessa ação, inicialmente a bancada do PP, foram influenciados pelo advogado que aqui me nego citar seu nome, porque não merece ser citado. Mas por ele foram influenciados para uma ação politqueira, descabida, que me trouxe enormes transtornos de ordem moral, de ordem política, de ordem pessoal. Mas agora vejo isso reparado, através da decisão, por seis votos a um, do Supremo Tribunal Eleitoral, que julgou todas as ações improcedentes. E elas têm origem na liberação de recursos durante o período eleitoral, assim dito, na área de Cultura, Turismo e Esportes.

Todos sabem do nosso procedimento, da nossa conduta, enquanto secretário de estado, no sentido de criar para Santa Catarina não talvez a melhor, mas uma política perene, uma política transparente, uma política que aqui na Assembleia Legislativa auxiliou muito ao aprovar as leis

específicas para o desenvolvimento da cultura, turismo e esporte. E que isso pudesse ser transformado em todo o estado de Santa Catarina em ações tanto no investimento de infraestrutura quanto em ações de divulgação, de veto e de tantas atividades inerentes à cultura, esporte e turismo.

Fizemos isso durante esse período, atendendo sempre a todos, através da participação decisiva dos conselhos regionais de cultura, esporte e turismo, criados especificamente para ser deliberativos, para que as decisões não ficassem apenas na pessoa do secretário. Isso foi questionado durante o processo eleitoral com o intuito de nos trazer embaraços, de nos trazer constrangimento, e na verdade foi o que aconteceu.

A Justiça fez a sua parte. E no TRE, em dois julgamentos, houve uma ação decidida por unanimidade por 6x0 e outra por 5x1, mas mesmo assim o Ministério Público assumiu depois a ação quando o PP desistiu dela em tempo posterior à eleição, no sentido de mostrar que foi uma ação com o intuito apenas de prejudicar eleitoralmente. Mas isso não feito por parte dos deputados estaduais, e quero aqui ressaltar, mais uma vez, o trabalho do deputado Reno Caramori, com quem aqui convivo em seis mandatos, dos deputados Joares Ponticelli, Valmir Comin, que subscreveram também a ação. O único deputado da bancada que não assinou foi o deputado Lício Mauro da Silveira.

Tenho certeza de que essa foi uma ação originada através do advogado que defendia ou defende o PP e também do seu líder maior que usa de artifícios, porque não põe sua digital, o que caberia uma ação de reparo por danos morais. Esse cidadão, esse político, age sempre nos bastidores, usando outras pessoas, porque não tem coragem de colocar sua digital, pois sabe que lá na frente teria que enfrentar uma ação por danos morais. E isso gostaria de fazê-lo, se tivesse a coragem de se expor. Mas ele se utilizou de uma bancada estadual - porque sei que ela foi utilizada -, que depois tentou retirar a ação, mas o Ministério Público resolveu dar continuidade mesmo sabendo que sua procedência era apenas meramente

polítiqueira. A ação está julgada, mas os efeitos morais não.

Uma parte da imprensa explorou muito esse fato durante o processo eleitoral. Todos se lembram de Luiz Henrique da Silveira e Gilmar Knaesel nas primeiras páginas de jornal e dos noticiários de imprensa como se tivéssemos usurpado e feito algo ilícito, e isso com certeza não foi reparado. Mas a vida continua, a vida segue adiante.

Eu queria aqui fazer esse desabafo como quem está aqui há tantos anos e que faz política por opção, como todas as sras. deputadas e os srs. deputados que aqui estão e que se forem ocupar um cargo executivo o fariam com lisura, com ética para construir políticas para o nosso estado.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Eminentíssimo deputado Gilmar Knaesel, nós, como catarinense, ficamos satisfeito e aliviado pelo fato dessa decisão que repara o erro praticado somente por um partido político e na sequência pelo Ministério Público.

Este deputado, como líder do PMDB, quer enaltecer e, através das suas palavras, referendar também a forma como v.exa. e o senador Luiz Henrique da Silveira conduziram a política da cultura, esporte e turismo neste estado, que veio para ser uma política permanente. Infelizmente, os agentes que ousaram fazer essa denúncia não são obrigados a nada, neste momento. O próprio Ministério Público, assim entendendo, deveria desculpar-se pelo equívoco que cometeu.

Então, quero parabenizá-lo por essa vitória, que é de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Se o presidente me permitir, gostaria de pedir mais alguns minutos para que possa concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Srs. deputados, os próximos minutos estão destinados ao PMDB e peço à liderança do partido

que ceda dois minutos do seu tempo, porque vejo que o deputado Dado Cherem quer fazer um aparte ao deputado Gilmar Knaesel e não seria justo que eu concedesse somente 30 segundos para o referido deputado concluir o seu pronunciamento.

(O PMDB concorda.)

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Sr. presidente, já estive pessoalmente dando um abraço no deputado Gilmar Knaesel, porque ele sofreu muito, juntamente com o ex-governador Luiz Henrique.

A bancada do PSDB também não pode deixar passar em branco essa grande vitória. Sabemos que essa ação foi fruto de uma pequena mente da política, que não cabe mais nos dias de hoje. Então, ficamos felizes com essa vitória, que na verdade é um emblema político para todos nós. Em que pese, deputado Gilmar Knaesel, aquelas fibras cardíacas que v.exa. queimou por preocupação não retornarem mais, o importante na vida pública é a credibilidade e a moral que o político tem.

Então, tenho certeza de que não é da sua índole e v.exa. não olha para trás no sentido de prejudicar quem quer que seja. V.Exa. é muito maior do que isso tudo, e fico feliz que esteja ocupando a tribuna para realmente fazer a constatação dos fatos, mas olhando para frente, porque a sua grandeza é muito maior do que isso tudo. Parabéns!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Tenho acompanhado essa questão, deputado Gilmar Knaesel. Nós, políticos, vivemos da imagem. O que é um político? Quem somos nós? Somos a imagem que temos. E tentam denegrir a imagem, porque isso não tem preço. Quero saber qual é o ressarcimento que vai-se dar em cima da imagem denegrada.

Então, deputado Gilmar Knaesel, sou contra eleição de dois em dois anos. Acho que as eleições deveriam ser unificadas, deveríamos ter eleição

geral de quatro em quatro anos, cinco em cinco anos, e sem reeleição, porque o país não pode parar a cada dois anos. Em período de eleição não se pode fazer um convênio, não se pode conveniar, não se pode repassar dinheiro aos hospitais, não se pode fazer nada neste país! Determinadas pessoas acham que o país tem que parar, mas as pessoas continuam, o povo está aí, o povo está vivendo, as dificuldades são as mesmas, precisam de soluções, e é isso que o homem público tem que resolver.

Alguns acham que ajudando o povo sua candidatura será prejudicada, que quanto pior estiver o povo melhor para eles. Não é assim que faço política! Para mim, quanto melhor estiver o estado, quanto melhor estiverem as pessoas, melhor para todos, melhor para Santa Catarina.

Mas eu não tinha a menor dúvida, deputado Gilmar Knaesel, de que v.exa. sairia vitorioso desse embate. Acompanhei todo o processo, e v.exa. não cometeu crime algum, simplesmente manteve a sua secretaria funcionando. Crime faria v.exa. se e o governador Luiz Henrique não tivessem cumprido os convênios que já tinham sido aprovados e se não tivessem repassado o dinheiro! Isso, sim, seria crime! Mas garanto que se v.exas. não tivessem cumprido os convênios, se tivessem feito o contrário, essa mesma pessoa que entrou na Justiça, entraria também para cassar seus mandatos por não terem cumprido o que já tinham assinado.

Imagino o sentimento de v.exa. e do próprio senador Luiz Henrique, que já está bem escaldado nessa questão de quererem cassar o seu mandato no tapetão. Eu sei como devem ter sido suas noites insones, mil coisas devem ter passado na sua cabeça. Mas esse resultado lava sua alma, dá-lhe mais energia.

É lógico que machuca e machucou bastante, mas tenho certeza de que v.exa. hoje está com todas as suas energias renovadas e pronto para ajudar a secretaria a crescer ainda mais, para a grandeza do nosso estado.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço ao deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Gilmar Knaesel e dizer que infelizmente a vida política proporciona alguns momentos de dificuldade, alguns momentos de dissabor, alguns momentos em que as pessoas se escondem atrás de alguma coisa para prejudicar alguém.

Eu fui prefeito de Araranguá, fiz um trabalho decente e responsável, perdi uma eleição por 54 votos e foram feitos 25 processos contra mim, que não tinham fundamento. Quer dizer, levei 22 anos sofrendo. Naquele tempo até diziam assim: "O ex-prefeito poderá ser preso!" E nenhum processo teve consistência, todos foram arquivados. Mas quem irá ressarcir-me desse prejuízo?

Lembro que às vésperas da eleição saíram várias manchetes de jornais contra v.exa. e Luiz Henrique. Quem irá ressarcir esse prejuízo? Foi algo feito por alguém que dá uma de bom moço, mas diz: "Vamos destruir, vamos arrebentar".

Penso que a verdade afinal aflora, ela é maior, a verdade supera tudo. Por isso v.exa. está tranquilo, sereno. Claro que sua dor foi grande e não há como reparar. Mas quero dizer a v.exa. que Luiz Henrique passou por cima disso tudo e está mais tranquilo do que nunca. Então, tem v.exa. que levantar a cabeça, esquecer esses problemas, porque as pessoas que fazem o mal, pagam com o próprio mal. Não precisa nem se preocupar, aqui mesmo é que se paga, não é lá em cima.

Continue a sua carreira, porque v.exa. é uma pessoa de bem, tem contribuído com o Parlamento catarinense, com a sociedade. Por isso, os nossos parabéns por mais uma vitória sobre quem não consegue vencer nas urnas e que agora perdeu também no tapetão. E o tapetão hoje para v.exa. é vermelho. Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço ao deputado Manoel Mota.

O deputado Silvio Dreveck, que lidera a bancada do PP, e os deputados Valmir Comin, Reno Caramori e Joares Ponticelli, que subscreveram a ação, em tempo tentaram reparar o erro. E quero aqui, deputado Valmir Comin, dizer que da minha parte não há nenhum ressentimento. Quando sentiram que haviam sido induzidos por uma informação errônea, que haviam sido induzidos a uma ação política, tentaram recuar, mas já era tarde.

Mas fica aqui o registro, mais uma vez, dessa pessoa que se utiliza desses meios para atingir pessoas de bem, com boas intenções, para que cometam erros em seu nome, porque não tem coragem de colocar sua digital, pois sabia que, lá na frente, poderia ser alvo de uma ação por danos morais.

Ficam aqui também os meus agradecimentos ao eminente advogado Péricles Prade, que fez a minha defesa com muita competência, mostrando todos os erros jurídicos, mas, acima de tudo, os erros técnicos do processo.

Agradeço também ao senador Luiz Henrique da Silveira, com quem muito conversei sobre o processo, angustiado que também estava. Ele foi, sem dúvida, o governador dos governadores na área de cultura, esporte e turismo. Jamais o estado experimentou tanto avanço nessas três áreas, graças à sua visão estratégica.

A vida segue, deputado Manoel Mota, mas sempre fica o ressentimento. Quem irá pagar todo esse processo? Tive custos financeiros, custos morais, perdi noites de sono tentando explicar aquilo que não era preciso explicar aos meus amigos, aos eleitores, às pessoas de bem, aos meus familiares. Porém, fica aqui também a minha alma lavada. E vamos adiante, porque isso já passou. Esperamos que isso possa servir também como uma conduta da Justiça, porque não é possível que uma ação que, na inicial, já foi julgada improcedente por unanimidade, tenha que tramitar até o Supremo para ter uma decisão definitiva.

Mas dito isso, quero agradecer o apoio da minha bancada, do meu partido, que sempre esteve ao meu lado; agradeço também ao presidente Gelson

Merisio, pois muitas vezes conversamos a respeito e sempre hipotecou a sua solidariedade. Agradeço, por fim, à bancada do PMDB, que me cedeu um espaço neste momento.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, ainda dentro do horário destinado ao PMDB, o sr. deputado Aldo Schneider, pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, com relação ao pronunciamento do deputado Gilmar Knaesel referente à decisão judicial, quero fazer, em nome do senador Luiz Henrique, um agradecimento à sociedade catarinense, principalmente àqueles que entendem que é através de ações governamentais que se institui uma política pública de cultura, esporte e turismo. Como isso não era praxe em Santa Catarina, as inovações suscitaram dúvidas, desconfortos e, principalmente, geraram uma questão político-eleitoral no sentido de angariar votos.

Então, ao nosso senador Luiz Henrique a nossa deferência e as nossas congratulações por haver, juntamente com o deputado Gilmar Knaesel, colocado um ponto final nesse assunto.

Mas o que nos traz à tribuna neste momento é externar o nosso agradecimento a esta Casa Legislativa, à nossa bancada, aos servidores da bancada e à imprensa de um modo geral pela cobertura dada aos dois eventos realizados pela bancada do PMDB.

O primeiro evento foi a realização de uma reunião com a bancada federal do partido, a qual compareceu maciçamente, com o nosso senador Casildo Maldaner, posto que o senador Luiz Henrique não pôde estar presente em virtude da votação da Resolução n. 72 no Senado Federal, e com a executiva do PMDB.

O local da reunião foi a casa do nosso vice-governador Eduardo Pinho Moreira, presidente estadual do nosso partido. Na ocasião definimos algumas ações visando às eleições municipais de

2012, principalmente no que diz respeito à padronização da mídia e do discurso e às coligações. Nós, que temos a responsabilidade de representar todas as regiões de Santa Catarina, saímos com a orientação de como organizar as próximas eleições lá nas nossas bases.

O segundo evento foi a homenagem que fizemos a algumas mulheres que fizeram parte do início do PMDB em Florianópolis e em Santa Catarina. Tudo culminou com uma grande comemoração na sala de imprensa deste Parlamento, quando celebramos os 46 anos de existência do nosso partido em Santa Catarina, 46 anos de serviços prestados à sociedade catarinense, 46 anos dando voz à comunidade que não se podia manifestar durante a ditadura. Foram as bancadas estadual e federal do PMDB que expressaram da tribuna do Parlamento as angústias, os anseios e as reclamações dos catarinenses.

Sr. presidente, todos sabem que ao longo desses 46 anos de existência o PMDB fez uma escola de governança diferenciada em muitos municípios do nosso estado. Todos sabem também que o PMDB deu origem a muitos partidos, quando da democratização do país e da implantação do pluripartidarismo

Assim, nosso partido, catarinenses, tem uma missão em 2012 e 2014, ou seja, fazer grandes prefeitos e prefeitas em Santa Catarina, fazer muitos vereadores e vereadoras, deputados e deputadas, governadores e governadoras e, quiçá, a Presidência da República.

Então nós, que temos a missão de liderar a bancada do PMDB, por deliberação dos nobres pares tivemos a incumbência de organizar a reunião ampliada de segunda-feira e o evento de ontem, quando recebemos muitos convidados, muitos fundadores do partido na capital, além de lideranças expressivas que fizeram parte da construção do partido e fazem parte da história política de Santa Catarina.

Assim, em nome de todos os companheiros e companheiras, gostaria de dizer muito obrigado aos deputados e deputadas, aos servidores da bancada, à imprensa da Casa e do estado, aos jornalistas

que cobrem os eventos da Assembleia Legislativa, que fizeram ecoar por todos os rincões de Santa Catarina a grande festividade que comemorou os 46 anos do nosso PMDB, que é o partido que, talvez, mais tenha prestado serviços à sociedade catarinense e brasileira.

Então, neste momento, ocupando o horário do partido nesta Casa, não nos poderíamos furtar de dizer a todos que acreditamos numa política voltada ao cidadão e que aqui estamos para defender os princípios, os ideais e o estatuto do PMDB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmi Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, gostaria de tecer um comentário relacionado ao contorno rodoviário da Grande Florianópolis. Aliás, precisamos ressaltar e enaltecer, deputado Reno Caramori - v.exa. já teve a oportunidade de presidir por várias vezes a comissão de Transportes e é conhecedor do que estou falando -, a participação efetiva da Fiesc, porque todos os relatórios elaborados pela Consultoria Saporiti foram concretizados. Então, não estamos aqui falando conversa fiada, estamos falando baseados em dados técnicos, estatísticos e científicos de uma empresa de renome.

(Passa a ler.)

"Obra já deveria estar com 25% do traçado executado para que o prazo fosse cumprido.

O diretor de relações institucionais da Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), Henry Quaresma, entregou novo estudo sobre o contorno rodoviário de Florianópolis, onde conclui que não será possível cumprir o prazo de 2015 estabelecido pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) para que a concessionária

da BR-101 execute a obra. Para inaugurar o trecho nesse prazo, 25% do traçado já deveria ter sido executado.

O documento, entregue ao prefeito de Biguaçu, José Castelo Deschamps, servirá de subsídio para as próximas ações dos Executivos Municipais na defesa da execução da obra. O projeto básico estabelecia a execução do contrato das obras de implantação do contorno rodoviário até fevereiro de 2012 e foi prorrogado, por meio de decisão administrativa da ANTT, para fevereiro de 2015. O trabalho da Fiesc questiona o interesse público da postergação das obras, em prejuízo dos usuários que estão pagando pedágio.

Estatísticas recentes apontam que 160 mil carros passam diariamente pela BR-101, no segmento entre Biguaçu e Palhoça. Estima-se que pelo contorno transitarão 18 mil veículos pesados por dia, aliviando o trânsito na região.

A questão do contorno da Grande Florianópolis foi levantada pela Fiesc em seu estudo sobre o trecho norte da BR-101, divulgado em dezembro de 2010. O novo estudo, elaborado pela Saporiti Engenharia, foi uma solicitação dos prefeitos da Grande Florianópolis, que prepararam estratégias para garantir a execução da obra prevista no contrato de concessão.”

Portanto, uma decisão arbitrária, sem que as autoridades competentes fossem consultadas, principalmente nos locais cortados pelo anel viário, que compreende desde Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José, Palhoça até a nossa capital, Florianópolis.

Precisamos colocar desta tribuna a ausência clara e nítida do DNIT ocorrida nas várias reuniões e audiências públicas que aqui foram feitas pela comissão de Transportes, pelos srs. parlamentares e pela bancada federal catarinense, que aqui não compareceu para dar suas explicações.

O questionamento que se faz é o seguinte: uma agência reguladora é constituída para que propósito? Para defender os interesses públicos ou privados, particulares? É uma interrogação que se coloca. Por que uma rodovia que estava no escopo

da sua concepção do projeto licitatório, cujo pedagógico seria feito concomitantemente à elaboração do anel de contorno, pedágio já cobrado há alguns anos, ou seja, caracterizando apropriação indébita, nada foi feito para que o início desse contorno fosse viabilizado?

É uma indagação que fazemos e chamamos à responsabilidade a ANTT, através da Assembleia Legislativa e da bancada federal catarinense. Tenho dito sempre que o governo de Santa Catarina, a exemplo do que fez o governo do Rio Grande do Sul, precisa capitanear esse processo. Ele deve ser um motivador e um incentivador da sociedade e tem que estar à frente desse processo, capitaneando essa luta, essa batalha, essa bandeira, em prol de todos os catarinenses.

Por essa razão é que faço essa manifestação com indignação, como é o sentimento da grande maioria do povo catarinense, que se questiona: afinal de contas, pagamos os nossos impostos para quê? Para que 75% dos recursos fiquem com a união, deputado Silvio Dreveck? E quanto às obrigações contratuais nos processos licitatórios, por que não exigir medidas punitivas e restritivas a essas empresas? E por que não a ANTT cumprir o seu verdadeiro papel, ou seja, o propósito para que foi criada?

Por essa razão, sr. presidente, deixo aqui o meu grau de insatisfação, de indignação, como um catarinense, como homem público e um cidadão comum que preza pelos valores dessa terra e que exige que a Agência Nacional de Transporte Terrestre fiscalize e exija o cumprimento da duplicação do trecho sul da BR-101.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Srs. deputados, esta Presidência suspende a presente sessão até às 16h, quando iniciaremos a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0050/2012, de origem governamental, que altera a denominação da Escola de Educação Básica Arno Sieverdt, localizada no município de Pouso Redondo, para Escola de Educação Básica Prefeito Arno Sieverdt.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0072/2012, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Romelândia (prestação de serviços na área da Saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0075/2012, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de São Domingos (atividades educacionais).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0118/2012, de origem governamental, que altera o art. 2º da Lei n. 15.506, de 2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Biguaçu (creches - PAC 2).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0145/2012, de origem governamental, que revoga a Lei n. 12.778, de 2003, que estende aos serventuários, auxiliares de Justiça e juízes de paz inativos, o abono de que trata a Lei n. 12.667, de 2003.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0063/2012, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de Zortéa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0107/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação Sorrir para Down, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0021/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0081/2012, de autoria do deputado Altair

Guidi, que denomina Líbero Ugioni o trecho da SC-449, que liga o município de Meleiro à comunidade de São Francisco, no município de Nova Veneza.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0571/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio, que denomina Cíntia Constantino o elevado na SC-401, Km3.95, comunidade de Vargem Pequena, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0496/2012, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que determina que as empresas operadoras de serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicação nos estabelecimentos prisionais e estaduais e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós somos a favor da aprovação desse projeto. Entendemos que ele é importante, pois há neste estado, deputado Elizeu Mattos, uma situação gravíssima com a entrada de celulares nos presídios.

Então, acho que estamos reconhecendo que temos um problema grave, porque a fiscalização não consegue impedir a entrada desses aparelhos nos presídios. Nós apoiamos a ideia, porque tudo que vem para ajudar a combater a criminalidade é importante.

Cumprimento o deputado pela iniciativa e a bancada do PT votará favoravelmente.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Na verdade estamos com os nossos celulares bloqueados. Os nossos não estão funcionando.

Sr. presidente, entendeu esta Casa que o bloqueio de celulares nos presídios terá que ser feito pelas operadoras e não pelo estado. O estado não pode disponibilizar recursos para isso e as operadoras, na verdade, estão ganhando muito dinheiro com esse serviço público concedido. O que queremos é que as operadoras instalem bloqueadores nos presídios, porque se o estado o fizer, em seis meses eles estarão obsoletos.

Então, a ideia, sr. presidente, é que os nossos presídios não se transformem em escritórios da criminalidade, porque muitos bandidos estão presos e usando a estrutura do presídio para, lá de dentro da unidade prisional, comandar o crime organizado aqui fora.

Por isso, pedimos o voto favorável dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação o Projeto de Lei n. 0496/2012.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado por unanimidade, em primeiro turno.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0175/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e 0176/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Também comunica que defere os Requerimentos n.s: 0434/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, e 0435/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Pedido de Informação n. 0028/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Saúde, pedindo esclarecimentos sobre o andamento das obras do complexo oncológico do Itacorubi, assim como o prazo previsto para a sua conclusão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0029/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser encaminhado ao governador do estado e ao secretário da Administração, solicitando informações sobre o número de servidores públicos do Poder Executivo que recebem remuneração maior do que o teto constitucional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Bandeirantes, sr. Celso Biegelmeier, a quem agradecemos a visita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados, estou com dois requerimentos em mãos que solicitam a suspensão da sessão.

Sendo assim, esta Presidência suspende a presente sessão por até 20 minutos, para que os representantes do Movimento Catarinense em Defesa da Saúde, Segurança e Qualidade de Vida da Classe Trabalho - Movidá - possam fazer uso da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Não há oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, em Blumenau, às 19h, em homenagem às empresas e entidades de classe que se destacam nacionalmente no setor têxtil.

Está encerrada a sessão.